

O PROGRAMA SOCIAL

do Movimento Republicano Popular

Diário de Notícias 4-10-1944

133

As últimas notícias confirmam superabundantemente as previsões de vitória do jovem partido francês «Movimento Republicano Popular», da linha de facto de George Bidault, o extraordinário chefe do Movimento da Resistência. Formado há menos de um ano, o seu espírito renovador e cristão acordou a consciência tradicional da França, e, embora ainda em minoria, tudo leva a crer no seu futuro auspicioso.

É perigoso deitar-se a gente a adivinhar no terreno movediço da política eleitoral, sobretudo a respeito de acções estrangeiras. Mas não deve constituir surpresa de maior vernos a França governada amanhã pelo partido socialista e pelo Movimento Republicano Popular, que quer dizer, por socialistas e católicos, sob a superior orientação do General De Gaulle. O poderoso partido comunista não deve ter probabilidades de governo — apesar de seguras informações vindas de França há bem poucos meses ainda preverem como inevitável uma efêmera experiência stalinista — e os partidos da III República, esses devem ter os seus dias contados. Ficam, portanto a dar cartas no tablado eleitoral os dois referidos partidos de tendências fortemente sociais, embora de credos diferentes sobre o ponto de vista filosófico e moral. Uma coisa em todo o caso, parece certa: a França caminha seguramente para um regime estável de governos fortes, sob a bandeira aliciante das mais audazes reformas económico-sociais.

Vejam, com efeito, o que nos diz o manifesto do Movimento Republicano Popular, formado por chefes que não ocultam os seus sentimentos católicos e que se vinham agrupando, há cerca de 15 anos, à volta do movimento social católico dirigido pelos Padres Dominicanos, e apregoado através do arrojado semanário — hoje liário — *L'Aube*, em que pontificou brilhantemente o simpático Bidault.

«A França», diz o manifesto traduzido à letra, acaba de passar por um regime abominável fundado sobre o lesprêso do homem. Da libertação do território devia nascer naturalmente a esperança duma libertação do homem.

«A democracia económica e social fará desta esperança uma realidade. Ela libertará o trabalhador da miséria, do desemprego, das injustiças económicas, e livrará a nação da tutela das potências financeiras. Garantirá e favorecerá ao máximo o desenvolvimento dos homens no seu trabalho e na sua vida familiar, e promoverá a ascensão dos trabalhadores a direcção da economia, sobretudo por meio da sua participação na gerência e no lucro das empresas.

«Para atingir este objectivo, a Nação tomará à sua conta as actividades económicas essenciais, tais como: o crédito, os seguros e as indústrias chave. A nacionalização será realizada segundo modalidades adaptadas a cada ramo, e terá em mira tornar mais intenso o rendimento das empresas. Os trabalhadores serão associados tanto à gerência como aos seus resultados.

«Porque o Estado ocupará as posições essenciais da economia, é que poderá libertar da opressão burocrática o conjunto das empresas, especialmente as empresas médias, o artesanato e o pequeno comércio. Uma verdadeira organização profissional, sem relação com a regulamentação trapaceira herdada de Vichy, permitirá às diversas categorias de membros da profissão estabelecer o conjunto de regras referentes às suas actividades comuns sobre o plano económico e social. Favorecerá: a constituição de «ententes» para a compra dos aprovisionamentos; a especialização do trabalho entre empresas ou raras concorrentes; a constituição de grupos exportadores; a normalização dos produtos, etc.

«O artesanato será liberto da opressão dos *truts*, que dirijam ainda a repartição das matérias primas, e desenvolver-se-á graças ao estímulo que será dado à cooperação.»

As ideias mestras deste programa económico-social podem resumir-se nestes dois pontos essenciais: a dignificação do trabalho tanto manual como intelectual pela sua libertação da escravidão do dinheiro; e a supremacia indiscutível do interesse nacional sobre os demais interesses.

Para atingir o primeiro objectivo, isto é, a dignificação do homem, mo-

modifica-se o conceito de empresa, desligando-a da ideia do capital. A empresa passa a ser constituída pelo conjunto dos trabalhadores de todas as categorias, sendo patrão o mais competente dos seus elementos e não o capitalista ou o seu delegado. Assim a propriedade da empresa deixa de pertencer ao capital investido nela. Isto traz como consequência inevitável que os lucros serão repartidos pelos trabalhadores que assim ficam ligados por um duplo interesse ao bom andamento da indústria.

Por sua vez, a nacionalização das indústrias essenciais tem por finalidade deixar o Estado com as mãos inteiramente livres para orientar a economia nacional, tirando aos particulares ou aos grupos de interesses a possibilidade de contrariar a acção governativa e de impôr à Nação os seus caprichos.

Este programa afasta-se, no entanto, do socialismo na parte respeitante à propriedade privada. Enquanto aquele pretende a socialização de todo o capital produtivo, este mantém a propriedade tornando-a extensiva a todos os trabalhadores, pela posição directiva e beneficiária que lhes concede nas indústrias, inclusivamente naquelas que são nacionalizadas.

Temos assim uma reforma total da estrutura económica

O seu arrojado programa económico e social torna o Movimento Republicano Popular extremamente simpático e prepara sem dúvida o caminho para a futura colaboração com o socialismo, ao mesmo tempo que propõe aos espíritos sensatos uma solução intermédia que respeita as instituições tradicionais da Nação.

Daí provém a sua força.

ABEL VARZIM